

Partido questiona no Supremo revogação de ICMS Verde em Alagoas

O Partido Progressistas (PP) ingressou com uma ação no [Supremo Tribunal Federal](#) para invalidar trecho de uma lei de Alagoas que revogou o denominado ICMS Verde. A medida, prevista na Lei estadual 5.981/1997, premiava financeiramente com parcela de 3% os municípios com melhor desempenho ecológico e sustentável, a fim de estimular [políticas ambientais](#).

Para o partido, a revogação da norma pela Lei estadual 9.440/2024 extinguiu uma política pública consolidada e de reconhecida relevância ecológica e federativa. Segundo o PP, a alteração representa grave retrocesso na proteção ambiental e na promoção do desenvolvimento sustentável, além de comprometer a autonomia municipal na implementação de políticas voltadas à preservação dos recursos naturais.

A ação direta de inconstitucionalidade foi distribuída ao ministro Cristiano Zanin. *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

ADI 7.981

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-jan-02/partido-questiona-no-supremo-revogacao-de-icms-verde-em-alagoas/>

Luiz Silveira/STF



O ministro Cristiano Zanin será o relator da ação apresentada pelo PP